

Nome:

Documento de identidade:

Inscrição:

Local de prova:

Sala:

Sequência:

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA  
DO ESTADO DE GOIÁS – CREMEGO  
CONCURSO PÚBLICO  
NÍVEL SUPERIOR**

**CARGO 101:**

**CONTADOR**

**Provas Objetivas**

**INSTRUÇÕES**

- Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas.
- Verifique atentamente se este caderno de provas corresponde ao cargo de sua inscrição e se contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as medidas cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

*Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:*

**“A sabedoria preserva a vida”**

- Você dispõe de **3 (três) horas** para a realização das provas. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação – que será feita no decorrer das provas –, e ao preenchimento da **folha de respostas**.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta.
- É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio que não os permitidos.
- Somente após decorrida **1 (uma) hora** do início das provas, você poderá entregar sua **folha de respostas** e este caderno de provas e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização das provas.
- Não se comunique com outros candidatos e nem se levante sem a autorização do chefe de sala.
- Ao terminar as provas, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua **folha de respostas** devidamente assinada e deixe o local de provas.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente **caderno** ou na **folha de respostas** poderá implicar a anulação das suas provas.

- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Mais informações: [contato@institutoibest.com.br](mailto:contato@institutoibest.com.br) | Canal Telegram: @institutoibest



**QUESTÃO 4**

A respeito da pontuação empregada no trecho “dado que há discentes, já vi, que não sabem mandar um e-mail” (linhas 25 e 26) e suas implicações sintáticas, assinale a alternativa correta.

- (A) As vírgulas se justificam para isolar a oração intercalada “já vi”.
- (B) A oração “que não sabem mandar um e-mail” classifica-se como adjetiva explicativa, pois é introduzida por vírgula.
- (C) As duas vírgulas no trecho são opcionais, haja vista a pequena extensão do trecho que isolam, logo a eliminação de ambas manteria a correção gramatical.
- (D) A oração “já vi” poderia ser corretamente isolada entre travessões, desde que eliminada a primeira vírgula e mantida a segunda.
- (E) As vírgulas demonstram que o trecho “já vi” é um adjunto adverbial de tempo deslocado no período.

**QUESTÃO 5**

No trecho “ainda bem, ainda existem” (linhas 59 e 60), o autor faz referência à existência de

- (A) sistemas de bolsa.
- (B) universidades privadas sérias e de excelência.
- (C) lacunas na educação básica.
- (D) pessoas que desistem de ingressar em uma universidade pública ou privada.
- (E) dificuldades impostas pelo Enem e demais vestibulares.

**QUESTÃO 6**

No texto, a palavra “falaciosa” (linha 64) veicula o mesmo sentido de

- (A) audaciosa.
- (B) corajosa.
- (C) perniciososa.
- (D) morosa.
- (E) mentirosa.

**QUESTÃO 7**

Assinale a alternativa em que é apresentada uma reescrita gramaticalmente correta e com o mesmo sentido do seguinte trecho do texto: “dadas as grandes lacunas na educação básica” (linhas 55 e 56).

- (A) apesar das grandes lacunas na educação básica
- (B) além das grandes lacunas na educação básica
- (C) devido às grandes lacunas na educação básica
- (D) não obstante as grandes lacunas na educação básica
- (E) tanto quanto as grandes lacunas na educação básica

**QUESTÃO 8**

O verbo “passa”, em “tampouco passa por oferecer uma formação sem a mínima infraestrutura” (linhas 31 e 32), concorda com o termo

- (A) “tampouco” (linha 31).
- (B) “alguém” (linha 29).
- (C) “diploma” (linha 28).
- (D) “inclusão” (linha 18).
- (E) “acesso” (linha 19).

**QUESTÃO 9**

O sujeito gramatical das orações que formam o primeiro parágrafo do texto classifica-se como

- (A) indeterminado.
- (B) oculto ou desinencial.
- (C) simples.
- (D) inexistente.
- (E) composto.

**QUESTÃO 10**

A respeito do vocativo das comunicações oficiais, o Manual de Redação da Presidência da República prevê que

- (A) deve ser evitado o uso indiscriminado de “Doutor(a)”.
- (B) está abolido o uso de “Doutor(a)”.
- (C) é admitido o uso de “Doutor(a)” apenas se o destinatário for detentor de diploma de doutorado.
- (D) é preferível o uso de “Doutor(a)” ao de “Senhor(a)” se o destinatário for advogado(a).
- (E) é obrigatório o uso de “Doutor(a)” se o destinatário for da área médica.

**QUESTÃO 11**

Ana vai preparar um chá para seus convidados e, para isso, conta com uma caixinha contendo 20 sachês de chá, todos do mesmo formato e tamanho. A única diferença entre eles é a cor da embalagem, que indica o sabor. Na caixa, há 7 sachês de camomila, 5 de hortelã, 4 de erva-doce e 4 de gengibre com limão. Ana escolhe um sachê ao acaso, sem olhar diretamente para a cor.

Assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de Ana escolher um sachê de erva-doce ou de gengibre com limão.

- (A) 25%
- (B) 30%
- (C) 35%
- (D) 40%
- (E) 45%



**QUESTÃO 15**

Com relação ao funcionamento do computador, assinale a alternativa correta.

- (A) A memória RAM armazena permanentemente o sistema operacional e executa o processo de verificação do *hardware* (POST) ao ligar o computador.
- (B) O disco rígido (HD) realiza a verificação dos componentes ao ligar o sistema e executa diretamente os programas em uso.
- (C) A BIOS armazena as instruções de inicialização do sistema e executa o POST (*Power-On Self Test*) ao ligar o computador.
- (D) A CPU (unidade central de processamento) armazena as instruções de inicialização do sistema e controla os dispositivos periféricos.
- (E) A placa-mãe executa os programas, realiza a verificação de *hardware* e carrega o sistema operacional diretamente da CPU.

**QUESTÃO 16**

Carlos comprou uma impressora nova para seu escritório e decidiu compartilhá-la com todos os computadores da rede local. Para isso, ele conectou a impressora a um dos computadores via cabo USB e ativou o compartilhamento de impressora. Agora, todos os computadores podem enviar documentos para impressão, mesmo estando em salas diferentes. Com base nessa situação, assinale a alternativa que descreve o conceito aplicado por Carlos.

- (A) Carlos criou uma rede ponto a ponto usando internet via satélite.
- (B) Implementou uma rede Wi-Fi com protocolo Bluetooth.
- (C) Carlos configurou uma topologia em anel com roteamento manual.
- (D) Utilizou recursos de uma rede local (LAN) para compartilhamento de recursos.
- (E) Carlos usou o protocolo FTP para enviar os arquivos à impressora remotamente.

**QUESTÃO 17**

A governança da informação trata do conjunto de políticas, processos e estruturas que garantem que os dados e as informações de uma organização sejam gerenciados de forma eficaz, segura e com valor estratégico. Acerca desse conceito, assinale a alternativa correta.

- (A) Governança da informação é um processo exclusivo do setor de tecnologia da informação (TI), que visa otimizar o desempenho dos servidores e dispositivos de rede.
- (B) É o conjunto de práticas e políticas organizacionais que asseguram a qualidade, segurança, disponibilidade e conformidade das informações.
- (C) Trata-se da implementação de ferramentas automatizadas para monitoramento de redes, independentemente de regras ou normas organizacionais.
- (D) É um conjunto de normas internacionais de auditoria focadas apenas no controle financeiro da informação.
- (E) É o termo utilizado para descrever a padronização dos sistemas operacionais utilizados nas estações de trabalho.

**QUESTÃO 18**

O LibreOffice Calc é um *software* de planilhas eletrônicas que oferece diversas funcionalidades para manipulação de dados, realização de cálculos e criação de gráficos. Com relação aos recursos disponíveis nesse programa, assinale a alternativa correta.

- (A) O Calc permite aplicar filtros automáticos em colunas para facilitar a visualização de dados específicos.
- (B) O Calc não permite a criação de gráficos; essa funcionalidade está disponível apenas no LibreOffice Writer.
- (C) No Calc, não é possível usar fórmulas com funções matemáticas, sendo necessário usar exclusivamente operadores básicos (+, -, \*, /).
- (D) O recurso de preenchimento automático no Calc funciona apenas com números em ordem crescente.
- (E) A única forma de salvar arquivos no Calc é no formato ODS, não sendo possível exportar para Excel ou PDF.

**QUESTÃO 19**

Em meio aos esforços diplomáticos da comunidade internacional para cessar o conflito entre Israel e o grupo terrorista Hamas, intensificado desde outubro de 2023, uma das principais consequências observadas em 2024 e 2025 foi

- (A) a suspensão permanente das relações diplomáticas entre Israel e os Estados Unidos.
- (B) a ocupação total da Faixa de Gaza por tropas egípcias sob mandato da ONU.
- (C) a retirada do Hamas da Faixa de Gaza e a entrega da região à Autoridade Palestina.
- (D) a intensificação da crise humanitária em Gaza e o aumento da pressão internacional por um cessar-fogo.
- (E) o rompimento formal de Israel com todos os países árabes signatários dos Acordos de Abraão.

**QUESTÃO 20**

A dengue representa uma ameaça crescente à saúde pública global, especialmente devido ao aumento do número de casos em países das Américas, como o Brasil. Entre as estratégias adotadas para o controle da doença no Brasil, destaca-se a

- (A) proibição total de viagens internacionais em áreas com surtos.
- (B) vacinação em crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, faixa etária que concentra o maior número de hospitalização por dengue.
- (C) substituição completa do uso de inseticidas por controle biológico.
- (D) implantação de barreiras sanitárias em aeroportos e rodovias para triagem de febre.
- (E) campanha de conscientização exclusiva em áreas rurais, onde a dengue é mais prevalente.



**QUESTÃO 27**

Assinale a alternativa correta a respeito do agente público.

- (A) Agente público é somente o servidor estatutário que integra a Administração Direta.
- (B) Agente público é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função em qualquer dos Poderes da União, Estados, DF ou Municípios, abrangendo agentes políticos, servidores, particulares colaboradores e agentes de fato.
- (C) Agentes particulares colaboradores não são considerados agentes públicos porque o vínculo deles com o Estado é puramente contratual.
- (D) Agentes de fato possuem investidura regular, razão pela qual seus atos nunca podem ser convalidados pela Administração.
- (E) Magistrados e membros do Ministério Público não podem ser considerados agentes públicos, pois exercem mandato eletivo previsto na Constituição.

**QUESTÃO 28**

Quanto ao regime jurídico dos cargos, empregos e funções públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) O cargo público pode ser criado por decreto do chefe do Executivo, desde que não provoque aumento de despesa.
- (B) O emprego público é regido, em regra, pela CLT, e seu provimento exige prévia aprovação em concurso público, conforme previsão constitucional.
- (C) As funções de confiança podem ser exercidas por qualquer pessoa, mesmo sem vínculo efetivo com a Administração.
- (D) Cargo público é vínculo contratual de natureza celetista celebrado por prazo determinado de no máximo 2 anos.
- (E) A Constituição Federal impede que cargos em comissão sejam extintos por decreto quando vagos.

**QUESTÃO 29**

Durante a cobertura de um evento oficial, um assessor de imprensa de autarquia federal pediu para si um relógio de alto valor para um fornecedor que pretende contratar com o órgão. À luz da Lei nº 8.429/1992, essa conduta configura

- (A) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (B) ato de probidade administrativa que causa diretamente prejuízo ao erário.
- (C) ato culposo de improbidade administrativa, caracterizado independentemente de comprovação de dolo do agente público.
- (D) mera infração disciplinar, não tipificada como improbidade administrativa.
- (E) conduta atípica, pois não houve incorporação de bens públicos ao patrimônio particular.

**QUESTÃO 30**

Ao terminar seu mandato como dirigente de empresa pública, um jornalista que exercia cargo em comissão recusou-se a apresentar a declaração de imposto de renda exigida pela Lei nº 8.429/1992. De acordo com a referida lei, a consequência imediata dessa recusa é

- (A) abertura de inquérito civil e possível suspensão dos direitos políticos por até 8 anos.
- (B) simples anotação de advertência no assentamento funcional, sem outras penalidades.
- (C) aplicação de multa civil de até 24 vezes sua última remuneração.
- (D) perda automática de bens que excedam a evolução patrimonial declarada.
- (E) demissão do agente público, independentemente de outras sanções cabíveis.

**QUESTÃO 31**

Em ação de improbidade ajuizada contra uma sociedade empresária que recebeu recursos públicos por convênio, o Ministério Público requereu a condenação pessoal de todos os sócios e diretores, sem apresentar prova de que tenham participado ou se beneficiado diretamente dos atos praticados pela pessoa jurídica. À luz da Lei nº 8.429/1992, a responsabilização dos sócios e diretores

- (A) é automática, pois administradores respondem objetivamente pelos ilícitos da empresa.
- (B) prescinde de prova de dolo, bastando a demonstração de culpa leve dos sócios ou diretores.
- (C) ocorre de forma solidária sempre que a pessoa jurídica seja condenada.
- (D) é impossível, já que somente agentes públicos podem ser responsabilizados.
- (E) depende de comprovação de participação e benefícios diretos, limitada à respectiva cota de participação.

**QUESTÃO 32**

Um hospital público recebeu a doação de um moderno equipamento de ressonância magnética. Porém, no mesmo período, outro aparelho semelhante, obsoleto e em desuso, foi baixado do patrimônio. A equipe contábil precisa registrar estas transações no sistema contábil, considerando o impacto no ativo e no patrimônio público. Sobre o tratamento contábil das operações descritas, assinale a alternativa correta.

- (A) A baixa do aparelho antigo será lançada como uma variação patrimonial qualitativa, enquanto o novo equipamento será registrado como um aumento no ativo imobilizado.
- (B) Tanto a doação quanto a baixa do equipamento devem ser lançadas como variações patrimoniais quantitativas, pois alteram diretamente o patrimônio líquido.
- (C) A baixa do aparelho antigo não impactará o patrimônio líquido, mas o novo equipamento será registrado como variação patrimonial qualitativa.
- (D) O novo equipamento será registrado diretamente como aumento no ativo e na receita patrimonial, enquanto o equipamento antigo afetará apenas o passivo.
- (E) Ambos os eventos serão classificados como variação patrimonial qualitativa, pois envolvem mudanças na composição do ativo sem alterar o patrimônio líquido.

**QUESTÃO 33**

Após analisar as contas de uma universidade pública, o contador identificou o seguinte evento contábil: a venda de um prédio de laboratórios pouco utilizado, cuja receita foi integralmente destinada ao pagamento de parcelas atrasadas de energia elétrica. Em relação a essas transações, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o pagamento das parcelas atrasadas constitui uma variação patrimonial quantitativa, pois impacta diretamente o passivo da entidade.
- (B) Tanto a venda do prédio quanto o pagamento das parcelas de energia elétrica refletem variações patrimoniais quantitativas, uma positiva (venda) e outra negativa (pagamento).
- (C) O evento inteiro se limita a variações patrimoniais qualitativas, pois apenas há mudança na composição dos elementos patrimoniais.
- (D) A venda do prédio representa uma receita orçamentária, enquanto o pagamento da energia é uma despesa orçamentária, sem impacto no patrimônio contábil.
- (E) O saldo entre o valor da venda e o pagamento das parcelas configura uma variação patrimonial qualitativa, uma vez que o objetivo foi quitar obrigações financeiras.

**QUESTÃO 34**

Um município está enfrentando uma discussão jurídica relacionada a um contrato de prestação de serviços de terceiros. Embora a probabilidade de perda seja considerada provável, o valor total da possível obrigação ainda não foi estipulado pela justiça. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta o tratamento contábil correto a ser adotado, conforme as normas de mensuração de passivos do setor público.

- (A) Registrar o valor como passivo contingente, divulgando no balanço patrimonial a estimativa aproximada do prejuízo.
- (B) Apenas divulgar o risco jurídico como nota explicativa, já que o valor não foi definitivamente estipulado.
- (C) Constituir uma provisão no balanço patrimonial com base na melhor estimativa disponível do possível prejuízo.
- (D) Lançar a situação diretamente como despesa do exercício, sem necessidade de reconhecimento no passivo em razão da estimativa incerta.
- (E) Não registrar ou divulgar a obrigação, uma vez que o valor ainda não foi estipulado e o impacto patrimonial exato é incerto.

**QUESTÃO 35**

Uma secretaria estadual encerrou o exercício financeiro com as seguintes informações:

- Recursos em caixa e equivalentes no início do exercício: R\$ 1.000.000,00;
- Receita arrecadada no exercício: R\$ 5.000.000,00;
- Pagamentos efetuados: R\$ 4.500.000,00;
- Restos a pagar processados: R\$ 1.000.000,00.

Com base nesses dados, assinale a alternativa que apresenta o saldo financeiro correto que deve constar no Balanço Financeiro ao final do exercício.

- (A) R\$ 2.500.000,00.
- (B) R\$ 1.000.000,00.
- (C) R\$ 4.000.000,00.
- (D) R\$ 500.000,00.
- (E) R\$ 1.500.000,00.

**QUESTÃO 36**

Em uma audiência pública de prestação de contas, constatou-se que um município havia registrado a arrecadação de impostos de competência própria que ainda não haviam sido pagos pelos contribuintes. No contexto da contabilidade pública, assinale a alternativa que representa como essa receita deve ser tratada.

- (A) Como receitas orçamentárias realizadas, pois derivam de tributos já lançados para arrecadação no exercício corrente.
- (B) Como uma despesa pública contabilizada, dado que ainda necessita de compensação para o orçamento.
- (C) Apenas como uma provisão financeira de curto prazo, pois não há garantia de arrecadação durante o exercício corrente.
- (D) Como um ativo patrimonial derivado de direitos a receber, evidenciado no balanço patrimonial.
- (E) Apenas como uma expectativa de receita, não devendo ser evidenciada no balanço nem como ativo nem como receita.

**QUESTÃO 37**

Uma secretaria estadual realizou a compra de um edifício para centralizar suas atividades administrativas. Posteriormente, decidiu investir em melhorias nesse edifício, como a instalação de novos elevadores e sistemas de segurança. Considerando as normas de contabilidade pública, assinale a alternativa correta sobre o tratamento contábil das despesas com melhorias.

- (A) Devem ser lançadas como despesas orçamentárias e não alteram o valor do ativo imobilizado.
- (B) Devem ser capitalizadas, incorporando-se ao valor do ativo imobilizado, e sujeitas à depreciação.
- (C) São lançadas como variações patrimoniais qualitativas, sem impacto no ativo.
- (D) Devem ser classificadas como passivos contingentes, uma vez que não se relacionam diretamente à aquisição do ativo principal.
- (E) São reconhecidas como reavaliações do ativo imobilizado, mesmo sem exceder o seu valor justo de mercado.

**QUESTÃO 38**

Em uma discussão pública sobre a adoção de sistemas de custos no setor público, um gestor argumentou que seria difícil justificar os gastos de implementação desses sistemas por não trazerem benefícios diretos e imediatos. Nesse contexto, assinale a alternativa correta que apresenta as características indispensáveis da informação sobre custos que justificam a contratação e implementação do sistema.

- (A) imparcialidade e compreensão
- (B) significância e tempestividade
- (C) transparência e fidedignidade
- (D) relevância e apoio à tomada de decisão
- (E) rastreabilidade e flexibilidade normativa

**QUESTÃO 39**

Em um debate sobre a implementação de um sistema de custos no setor público, um gestor questionou a utilidade de classificar os custos das atividades administrativas de uma autarquia como custos diretos ou indiretos. Com base na classificação e nomenclatura de custos estabelecida para o setor público, assinale a alternativa que apresenta o motivo correto para identificar esses custos de forma diferenciada.

- (A) A classificação é relevante somente para empresas públicas de caráter comercial, devido à vinculação à geração de receitas próprias.
- (B) É fundamental para atender as exigências do Tribunal de Contas ou órgão fiscalizador, mesmo sem impacto na tomada de decisão orçamentária.
- (C) A diferenciação facilita o reconhecimento dos custos alocados diretamente a funções finalísticas e daqueles que sustentam atividades de suporte à administração.
- (D) Custos diretos ou indiretos não devem ser discriminados no setor público, uma vez que a prioridade é seguir a legislação orçamentária, e não mensurar custos.
- (E) Essa classificação se torna irrelevante no setor público, já que não há relação direta com o desempenho financeiro ou econômico das atividades.

**QUESTÃO 40**

Uma universidade federal constatou a perda de funcionalidade de máquinas utilizadas nos seus laboratórios de análises clínicas devido a processos naturais de desgaste e avanços tecnológicos. O setor contábil decidiu reavaliar os bens e ajustá-los ao valor recuperável. Em relação ao tratamento contábil para essa situação, é correto afirmar que

- (A) o ajuste ao valor recuperável deve ser feito com base no maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso estimado para o ativo.
- (B) a reavaliação será creditada como receita patrimonial do exercício, gerando aumento no capital social da entidade.
- (C) a perda de funcionalidade deve ser registrada como despesa do exercício, e o valor residual do bem pode ser utilizado para cálculo arbitrário.
- (D) o valor recuperável corresponde ao preço histórico corrigido pelo índice inflacionário acumulado da vida útil do bem.
- (E) depreciações anteriores devem ser revertidas integralmente para efetuar essa reavaliação, pois o ajuste é feito antes do cálculo da redução.

**QUESTÃO 41**

Um município iniciou a análise das demonstrações contábeis do exercício de 2024 e se deparou com as seguintes informações consolidadas:

- I. orçamento inicial previa uma receita orçamentária de R\$ 120.000.000,00 e uma despesa orçamentária de R\$ 115.000.000,00, mas, ao final do exercício, apenas R\$ 100.000.000,00 em receitas foram efetivamente arrecadadas, e R\$ 110.000.000,00 em despesas foram liquidadas.
- II. Um novo hospital foi adquirido ao custo de R\$ 5.000.000,00, mas o valor foi financiado por uma operação de crédito contratada no final do exercício, ainda não paga no momento do fechamento contábil.
- III. Um valor residual de R\$ 3.000.000,00, referente a saldos orçamentários não empenhados de um programa de educação, foi considerado cancelado no encerramento do exercício.
- IV. O município reavaliou para baixo o valor de um prédio público destinado à administração em R\$ 2.000.000,00 devido à deterioração estrutural; a reavaliação foi registrada diretamente no patrimônio líquido.
- V. A Demonstração de Fluxos de Caixa identificou R\$ 20.000.000,00 em saldo líquido de caixa ao final do exercício, com base em entradas por tributos e saídas para pagamento de dívidas correntes.

Com base nas NBC TSP, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e nos princípios gerais de consolidação de demonstrações contábeis públicas, assinale a alternativa que corretamente demonstra a integração entre elas e os seus reflexos nas demonstrações contábeis.

- (A) O déficit no orçamento (R\$ 10.000.000,00) será evidenciado no Balanço Orçamentário, enquanto as despesas liquidadas (R\$ 110.000.000,00) aparecem no Balanço Financeiro. A aquisição do hospital será registrada no Balanço Patrimonial como ativo, com a obrigação reconhecida no passivo circulante.
- (B) A Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP) reconhecerá o cancelamento do crédito orçamentário de R\$ 3.000.000,00 como despesa patrimonial não realizada. O saldo de caixa (R\$ 20.000.000,00) será destacado no Balanço Patrimonial, e a reavaliação negativa impactará o resultado patrimonial do exercício.
- (C) O cancelamento de créditos orçamentários será registrado no Balanço Orçamentário como receita disponível. A aquisição do hospital será tratada como despesa patrimonial em função do registro simultâneo do bem e do passivo. O déficit orçamentário ajustado pela reavaliação será evidenciado no Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC).
- (D) A insuficiência financeira de R\$ 10.000.000,00 será tratada como déficit patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). A reavaliação de R\$ 2.000.000,00 será consignada no passivo como depreciação acumulada. A DMPL demonstrará apenas o saldo consolidado de aumentos no patrimônio líquido.
- (E) O déficit no orçamento será evidenciado no Balanço Orçamentário, e o saldo financeiro de caixa de R\$ 20.000.000,00 será destacado no Balanço Financeiro. A operação de crédito será reconhecida no Balanço Patrimonial como passivo e seu respectivo uso como ativo. A reavaliação negativa do prédio impactará diretamente a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL), sem transitar no resultado.

**QUESTÃO 42**

No decorrer de uma auditoria interna em uma unidade de determinado órgão público, foi identificado que o projeto de lei orçamentária anual (LOA) estabelecido pelo Poder Executivo apresentava distorções em relação à execução de despesas previstas que foram modificadas após sua aprovação inicial. O gestor alegou que essas mudanças ocorreram devido a ajustes na etapa de fiscalização do ciclo orçamentário, a qual permite revisões amplas e alterações nas autorizações originais. Com base nesse contexto e considerando o ciclo orçamentário definido pela Constituição Federal de 1988 e pela doutrina orçamentária, assinale a alternativa correta.

- (A) A etapa citada pelo gestor trata-se do planejamento inicial, em que a LOA é ajustada antes de sua aprovação pelo Legislativo, assegurando a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA).
- (B) O ciclo orçamentário envolve a possibilidade de ajuste de despesas durante a etapa de controle externo, etapa que, na prática, possui competência exclusiva do Poder Executivo.
- (C) A execução orçamentária caracteriza-se pela flexibilidade completa para alterar despesas previstas, desde que as alterações sejam comunicadas ao Legislativo em até 30 dias.
- (D) A fiscalização orçamentária, citada pelo gestor, deve observar a legalidade e a legitimidade das despesas executadas, não permitindo revisões amplas ou redefinições no planejamento aprovado pelo Legislativo.
- (E) Somente na elaboração da proposta orçamentária é possível realizar ajustes significativos, pois, após a aprovação da lei orçamentária, o ciclo se encerra no âmbito do Legislativo.

**QUESTÃO 43**

Em uma análise sobre a transparência pública, o Tribunal de Contas de um estado brasileiro identificou que o relatório de execução orçamentária de determinada secretaria municipal apresentava inconsistências na classificação das receitas e despesas públicas. No debate técnico, um especialista afirmou que tais equívocos poderiam comprometer o processo de *accountability*, bem como prejudicar a compreensão plena das informações públicas pelos cidadãos e pelos órgãos de controle. Com base nas classificações orçamentárias e suas funções, assinale a alternativa correta.

- (A) A classificação funcional-programática das despesas é obrigatória somente para as esferas estaduais e federal, considerando que os municípios podem optar por outro tipo de classificação operacional.
- (B) A classificação econômica das receitas e despesas reflete as fontes de origem e a destinação do recurso, essencial para demonstrar os fluxos financeiros e diretrizes estratégicas no âmbito do orçamento público.
- (C) A classificação institucional estabelece a distinção entre despesas continuadas e não continuadas de caráter financeiro, verificando a origem do crédito orçamentário.
- (D) A ausência de rigidez na aplicação do regime de classificações orçamentárias em municípios brasileiros reflete as normas flexíveis da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (E) A classificação da despesa refere-se a múltiplas categorias, dentre elas as econômicas, que distinguem gastos correntes e de capital, possibilitando maior controle e avaliação dos recursos públicos.

**QUESTÃO 44**

Um município brasileiro está estruturando o Plano Plurianual (PPA) para o próximo período de quatro anos. Durante um seminário sobre planejamento público, um especialista destacou que, para garantir maior efetividade na execução de políticas públicas e na alocação de recursos, é essencial que o PPA seja compatível com outros instrumentos orçamentários e esteja alinhado aos objetivos estratégicos do governo municipal. Nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre o PPA.

- (A) O PPA é um instrumento de previsão orçamentária exclusivamente tático, limitando-se a programar receitas e despesas não obrigatórias em um horizonte anual.
- (B) O PPA constitui-se como lei de iniciativa do Legislativo, elaborada com o objetivo de delimitar políticas de curto prazo e recursos financeiros para o período subsequente.
- (C) As ações e metas do PPA devem orientar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e devem refletir as prioridades que serão detalhadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (D) No Brasil, o PPA é o único instrumento que dispensa vinculação com leis orçamentárias anuais, por se tratar de um planejamento exclusivamente estratégico.
- (E) O PPA pode ser alterado por meio de decreto do chefe do Poder Executivo, independentemente de autorização do Legislativo, desde que esteja alinhado às metas fiscais do ente federativo.

**QUESTÃO 45**

Durante a análise de um projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), observou-se a inclusão de dispositivos que definiam obrigações de caráter tributário não relacionadas diretamente à previsão de receitas e à fixação de despesas. Levantou-se dúvida sobre a regularidade desse procedimento diante das normas que regem a elaboração e aprovação da LOA no Brasil. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A inclusão de dispositivos que tratem de matéria diversa à previsão de receitas e despesas é vedada pelo princípio da não afetação de receitas, regulado pela Constituição Federal.
- (B) A base legal vigente proíbe terminantemente a inclusão de dispositivos estranhos ao orçamento na LOA, salvo os que tratem de autorizações de créditos suplementares e operações de crédito.
- (C) A Constituição Federal permite que a LOA inclua matérias não orçamentárias, desde que sejam de relevante interesse público e devidamente justificadas pelo Poder Executivo.
- (D) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) pacificou entendimento admitindo a inclusão de normas tributárias que regulariem a arrecadação na Lei Orçamentária.
- (E) A inclusão de cláusulas estranhas à previsão de receitas e despesas é facultada aos estados, que podem regulamentar a matéria por lei estadual complementar.

**QUESTÃO 46**

Em determinado município da federação, a execução orçamentária previa uma despesa que não foi contemplada na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o exercício vigente. Em virtude disso, o gestor responsável optou pela abertura de crédito adicional para viabilizar tal despesa. Considerando a legislação orçamentária brasileira, assinale a alternativa correta sobre os créditos adicionais.

- (A) Créditos especiais exigem autorização legislativa e apresentação de fonte de recursos específica, permitindo o financiamento de novas despesas não previstas na LOA.
- (B) Créditos suplementares são destinados exclusivamente a cobrir despesas urgentes e imprevistas, sendo limitados por decreto legislativo.
- (C) Créditos extraordinários podem ser abertos para atender a despesas supérfluas desde que estejam autorizados na LDO do exercício.
- (D) Créditos extraordinários e especiais dispensam a exigência de autorização legislativa, sendo aprovados diretamente pelo chefe do Executivo.
- (E) Créditos suplementares podem ser utilizados para compensar qualquer aumento de despesa, sem limite específico.

**QUESTÃO 47**

De acordo com a Lei Federal nº 3.268/1957, que regula a criação e o funcionamento dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina, é atribuição legal dos Conselhos Regionais de Medicina:

- (A) exercer fiscalização sobre o exercício da Medicina exclusivamente por meio do Ministério da Saúde.
- (B) aplicar penalidades administrativas e criminais aos médicos infratores do Código Penal.
- (C) conhecer, apreciar e decidir os assuntos atinentes à ética profissional, impondo as penalidades que couberem.
- (D) elaborar normas técnicas para a prática da medicina em todo o território nacional.
- (E) representar o Brasil em organismos internacionais de saúde, como a OMS.

**QUESTÃO 48**

De acordo com o Código de Ética Médica, é vedado ao médico revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício da profissão,

- (A) salvo em casos de interesse da mídia.
- (B) exceto quando solicitado por familiares próximos.
- (C) apenas com decisão judicial transitada em julgado.
- (D) salvo se houver suspeita de infração ética.
- (E) salvo por justo motivo, dever legal ou consentimento, por escrito, do paciente.

**QUESTÃO 49**

Com base no Código de Processo ético-profissional, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência para julgar infrações éticas é do CRM em que o médico esteja inscrito ao tempo da ocorrência do fato punível.
- (B) A sindicância poderá ser instaurada de ofício pelo Conselho Federal de Medicina.
- (C) O procedimento administrativo para apurar doença incapacitante tramitará em autos próprios, com a suspensão do PEP por até 60 (sessenta) dias, improrrogáveis.
- (D) O médico que aderir a um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) poderá firmar outro, sobre qualquer assunto, depois de 6 meses da data em que foi firmado o anterior.
- (E) O TAC é público e deverá ser assinado pelo presidente do CRM que o aprovar e o médico interessado.

**QUESTÃO 50**

A respeito da Resolução CFM n.º 2.336/2023, que dispõe sobre publicidade e propaganda médicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Publicidade médica é o ato de divulgar assuntos e ações de interesse da medicina.
- (B) Propaganda médica é o ato de promover estruturas físicas, serviços e qualificações do médico ou dos estabelecimentos médicos (físicos ou virtuais).
- (C) É totalmente vedado ao médico, em suas publicidades, revelar resultados comprováveis de tratamentos e procedimentos.
- (D) Em suas publicações e postagens, é permitido ao médico informar sobre valores de consultas, meios e formas de pagamento.
- (E) É permitido ao médico oferecer serviços por meio de consórcio e similares.